

## Para um posicionamento ético-político profissional crítico e propositivo<sup>1</sup>

## For a critical and propositive professional ethical-political positioning

Renato Tadeu Veroneze\*

**Resumo:** Este artigo busca discutir os fundamentos ético-políticos do Serviço Social brasileiro na consolidação de uma identidade profissional crítica e propositiva frente à atual conjuntura econômica, política, cultural e social, que evidencia um *ethos* dominante neoliberal e pós-moderno, afirmando propostas neoconservadoras que criam obstáculos para a materialização dos valores humano-genéricos defendidos pela profissão.

**Palavras-chaves:** Serviço Social, Brasil, crise do capital, cotidiano profissional.

**Abstract:** This article seeks to discuss the ethical-political foundations of the Brazilian Social Service in the consolidation of a critical and purposeful professional identity in the face of the current economic, political, cultural and social conjuncture, which shows a neoliberal and postmodern dominant ethos, affirming neoconservative proposals that create obstacles to the materialization of the human-generic values defended by the profession.

**Keywords:** Social Service, Brazil, capital crisis, professional daily life.

Recebido em: 17/05/2017. Aceito em: 10/08/2017

---

<sup>1</sup> Conferência realizada por ocasião do 2º Encontro Internacional de Serviço Social – A questão social e a intervenção do Serviço Social na América Latina, nos dias 7, 8 e 9 de junho de 2017, na cidade de Cochabamba, Bolívia.

\* Mestre e Doutorando em Serviço Social pela PUC/SP. Especialista em Educação, Didática e Metodologia no Ensino Superior - UNIFEG, Especialista em Desafios da Filosofia Contemporânea – PUC/MINAS, Assistente Social, Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Identidade – NEPI. E-mail: rtveroneze@hotmail.com.

## Introdução

Desde os anos de 1970, o mundo vem assistindo à erosão dos alicerces que sustentam a sociedade capitalista. Crises financeiras, de produção, no mundo do trabalho, enfim, crises que afetam significativamente a dinâmica social e política da sociedade e que tem forçado à construção de um *sistema globalmente integrado de mercados*, constituindo grandes conglomerados de capital financeiro e de monopólio do poder que ditam as regras e as leis para a manutenção do *status quo* da acumulação do capital.

As ofensivas operadas pelo capitalismo global resultam no agravamento das desigualdades estruturais e sociais da sociedade, na degradação da natureza e, conseqüentemente, da vida humana, além disso, acentua a exploração no mundo do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo uma nova dinâmica à vida social. Este processo intervém, sobremaneira, na vida dos indivíduos sociais, “[...] criando demandas e repostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana” (BARROCO, 2011, p. 206).

Ao analisar os desafios postos ao projeto ético-político-profissional do Serviço Social brasileiro frente a atual conjuntura econômica, política, cultural e social, evidencia-se um *ethos* dominante neoliberal e pós-moderno que afirmam propostas neoconservadoras e criam obstáculos para a materialização dos valores humano-genéricos defendidos pela profissão.

Contudo, este processo não só influencia a dinâmica da vida social, mas, também, os valores e princípios defendidos pelos profissionais do Serviço Social brasileiro. A burocracia, as limitações institucionais e a precarização do trabalho dos/as assistentes sociais, tem reduzido a prática profissional ao imediatismo pragmático e funcional da execução de tarefas puramente focalizadas em ações que buscam, sobremaneira, sanar problemas intimistas e questões da vida privada.

Assim, para dar conta das discussões aqui projetadas, é preciso refazer o caminho pelo qual se constituiu o ideário ético-político da profissão. Tendo em vista ainda, a *desqualificação da política*, da *mundialização do capital*, da *crise dos partidos e das entidades de classe dos/as trabalhadores/as*, da *reorganização dos*

*movimentos de direita* e da “[...] crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas de modo geral” (idem, p. 210), que desmontam os valores e princípios que buscaram consolidar as lutas sociais do projeto societário de uma nova sociabilidade defendida pela profissão.

Portanto, mesmo de modo sucinto, passamos a rever alguns fatos que marcaram a trajetória para uma nova identidade profissional. Desse modo, *cabere refletir sobre as bases sociais desse projeto profissional*, visando ao *enfrentamento do neoconservadorismo*<sup>2</sup>, de modo a reatualizar os compromissos e deveres assumidos por uma *consciência crítica e política*, preservando a *dimensão ética e de direitos humanos*.

Desse modo, o objetivo deste ensaio é oportunizar a compreensão e a discussão dos fundamentos ético-políticos do Serviço Social brasileiro frente as crises atuais do capital, as manifestações sociais dos últimos anos e as expressões da “questão social”<sup>3</sup>, que tem alterado a dinâmica da vida social.

Assim, norteado pela perspectiva teórico-metodológica instaurada pelo legado marxiano e pela tradição marxista, em seu cariz ontológico histórico-crítico, que permite analisar os fatos fundamentados no empirismo da vida social, de modo a determinar os processos engendrados em sua totalidade que apreende e desvela os modos de ser e de reproduzir do ser social, optamos pelo método dialético, em sua concepção moderna, que consiste basicamente na relação estabelecida entre tese, antítese e síntese. A tese consiste na afirmação inicialmente dada, a

<sup>2</sup> “[...] O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (BARROCO, 2011, p. 209).

<sup>3</sup> A “questão social” diz respeito ao fenômeno histórico de pauperização massiva da população trabalhadora, registrado com o advento do capitalismo na Europa Ocidental do século XVIII, onde “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”, de modo que os trabalhadores são despossuídos dos bens materiais, dos meios de produção e do produto produzido, não tendo outra maneira de sobreviver a não ser através da venda da força de trabalho. Esta situação gera uma série de expressões (desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo, enfim, condições econômico-sociais adversas frente as conjunturas históricas, políticas e culturais) da chamada “questão social” (NETTO, 2001).

antítese se revela como uma oposição à tese e a síntese é a força resultante do embate entre tese e antítese. Inseridas num ciclo infinito, que a síntese firma-se como nova tese que conflitará com uma antítese dinamizando, assim, este processo.

O materialismo dialético originou-se das críticas elaboradas pela obra marxiana, enquanto crítica à dialética hegeliana de caráter idealista, constituindo-se, assim, como cerne das formulações que resultaram em uma dialética contraposta às ideias de Hegel, bem como a passagem por Feuerbach e os economistas clássicos para o jovem Marx no trato com a Economia Política.

Ao utilizar este método, propomos estudar os fenômenos sociais, não de [...] “modo mecanicista e metafísico unilateral de causa e efeito, mas de modo dialético”. Deste modo, o efeito influencia a causa, havendo uma inter-relação entre ambos, em uma ação recíproca permanente das várias camadas da sociedade (BAZIRIAN, 1982, p.84).

Esta metodologia aponta para que “[...] tudo que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história”, tudo que diz respeito aos fenômenos da vida cotidiana, são produtos da ação do ser humano e, portanto, podem ser alterados e transformados em outras ações. (LÖWY, 2003, p. 14-15).

Toda análise nesta perspectiva tem que estudar os fatos em sua historicidade e em sua totalidade que é a “[...] percepção da realidade social como um todo orgânico estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”. (idem, p. 16).

Esta visão de mundo e de ser humano possibilita a reflexão em torno da materialidade do pensamento dos pensadores aqui estudados naquilo de mais premente e substancial que possam oferecer, ou seja, uma proposta de uma nova sociabilidade. Apoiando-se neste método de pesquisa é que buscamos direcionar nossas análises com a hegemonia conquistada no âmbito do Serviço Social brasileiro do legado marxiano e da tradição marxista, dos princípios norteadores para a ação profissional inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 e que direcionam o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Para tanto, partimos de um breve relato dos avanços que possibilitaram a formação de uma nova identidade profissional frente aos desafios impostos à profissão, nos anos de 1980 e 1990, para, depois, analisar o cenário contemporâneo, as manifestações sociais e o posicionamento ético-político-profissional para a construção de uma nova sociabilidade.

## O Serviço Social e o Projeto Ético-Político

Com a emergência e consolidação do modo capitalista de produção, a alienação e o estranhamento tornaram-se um fenômeno social e individual concomitantemente. Na sociedade do consumo e do descartável, este processo é ainda mais avassalador e violento e, em grande medida, induz e provoca condições precárias de trabalho e de vida a homens e mulheres que vivem da venda da força de trabalho.

No sistema capitalista, a inserção na divisão sócio técnica do trabalho e a venda da força de trabalho é condição *sine qua non* para a sobrevivência. Contudo, há um antagonismo entre duas classes sociais: de um lado, estão aqueles que detêm o capital e os meios de produção, e do outro, aqueles que somente têm a força de trabalho e a vendem para sua sobrevivência.

Esta contradição tem gerado a inversão dos valores que envolvem o campo da Ética e dos Direitos Humanos, principalmente, no que diz respeito às consequências do avanço da industrialização, da tecnologia, da ciência e da globalização e que contribui, substancialmente, para o assolamento dos direitos humanos, civis, políticos e sociais.

Desse modo, o Serviço Social brasileiro, no fim dos anos de 1990, depois de um longo processo de reconstrução de seus referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, analisando a dinâmica da sociedade, a desigualdade social e a violação de direitos dela decorrentes, já evidenciava as consequências da destrutibilidade do sistema capitalista para a preservação da humanidade.

Para Barroco (2004, p. 39), “[...] o capitalismo acaba com a possibilidade da própria ética, pois elimina, com sua tendência a destruir tudo que é duradouro, a condição básica de existência dos valores, isto é, a sua valorização no tempo”.

Ao lutar pela sobrevivência ou pelas necessidades, os sujeitos sociais precisam ainda lutar por melhores condições de trabalho e de vida, pelos direitos civis, políticos e sociais, pela oportunidade de trabalho, por remunerações justas, pela alimentação, saúde, educação, habitação, pelo respeito e dignidade, pelo direito de expressão, enfim, condições básicas e necessárias para a vida em sociedade. Contudo, a luta pela valorização da riqueza humana, segundo os ditames de Marx, implica ainda em proposições e ações onde a ética, a ação política e os direitos humanos e sociais se sobressaíam.

É nesse sentido que o Serviço Social brasileiro discute os Direitos Humanos enquanto direitos inalienáveis para a vida humana com respeito, dignidade e condições mínimos de sobrevivência. Contudo, em escala mundial, amplia-se significativamente o processo de venda da força de trabalho, característica das mutações do mundo do trabalho pós-reestruturação produtiva.

Por isso, as lutas emancipatórias, revolucionárias e anticapitalistas têm implicações diretas na luta pelos direitos humanos. Tais desafios são expostos à profissão num processo de formulação de uma nova identidade profissional que atendessem as demandas postas aos profissionais do Serviço Social.

Foi nos idos de 1980 e 1990, no Brasil, que as discussões e a produção de conhecimento no âmbito da profissão criaram força, apontando para a necessidade de construir um projeto de formação e atuação profissional que atendessem as transformações e as novas demandas e desafios da contemporaneidade.

Os intelectuais orgânicos da profissão, fundamentados pelos pressupostos teóricos e ideológicos de cariz marxista, propuseram novas bases teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, enquanto referência básica e hegemônica para as abordagens contemporâneas do Serviço Social (YAZBEK, 2009).

As tensões provocadas pelas contradições da lógica do capital e as mudanças sociopolíticas da sociedade brasileira, fomentavam a constituição dessas novas propostas profissionais, tendo em vista que novos desafios se colocavam para a atuação profissional, sobretudo, que vislumbrassem alternativas éticas e políticas, tendo como referência o protagonismo dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2005), de modo a decifrar

a realidade social, buscando participar de sua recriação (YAZBEK, 2009).

Assim, nos anos de 1980, o Serviço Social brasileiro, apropriou-se do pensamento de Gramsci, Lukács, Thompson, Hobsbawm, Lefebvre, Agnes Heller, dentre outros que trouxeram contribuições importantes para analisar o Estado, a sociedade civil, o mundo dos valores, a ideologia, a hegemonia, a subjetividade, a cultura, a ontologia do ser social, a historiografia, o mundo do trabalho, a vida cotidiana, enfim, reflexões que implicavam posicionamentos ideopolíticos para o enfrentamento das contradições do mundo contemporâneo.

Além disso, foi necessário construir novas bases teóricas que pudessem situar o significado da profissão no processo de reprodução das relações sociais em seu movimento real peculiar à formação social capitalista. Para tanto, somente uma leitura da realidade através de referenciais marxiano e marxista poderiam dar conta dessa dinâmica.

Yazbek (2009) aponta que a inserção e o processo de construção da hegemonia dos novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, a partir da tradição marxista, ocorreram através de um amplo debate no interior da profissão, permeados pela produção intelectual, que gerou uma bibliografia própria do Serviço Social brasileiro, principalmente com a criação e expansão da pós-graduação – mestrado e doutorado - no final da década de 1970, constituindo-se um elemento impulsionador para a *intenção de ruptura* frente ao conservadorismo que assolava a profissão desde sua origem.

As condições sócio-históricas da sociedade brasileira, nesse período, contribuíam satisfatoriamente para a construção desses pilares, bem como para a formação de uma identidade profissional capaz de fazer uma leitura crítica da realidade social, do desvendamento crítico das forças sociais presentes e propor ações efetivas que dessem concretude e materialidade às formas de ser da profissão (MARTINELLI, 2009).

Histórica e coletivamente, estes pilares consolidaram-se para uma apreensão crítica do processo histórico e social contemporâneo, percebendo - em sua totalidade - as particularidades e singularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo e o significado social da profissão, pautada em ações que atendessem



a realidade contemporânea e que buscassem cumprir com as competências e as atribuições profissionais estabelecidas na lei que regulamenta a profissão<sup>4</sup> de forma crítica e propositiva (CRESS/SP, 2007).

Também, passou-se a considerar o/a assistente social como um/a profissional inscrito/a na divisão sócio-técnica do trabalho, que luta pelos interesses da classe proletária e em favor dos diversos projetos societários que visam à superação da sociedade capitalista e da lógica do capital, rumo à emancipação humana<sup>5</sup> e para uma nova sociabilidade.

Porém, os interesses exclusivamente classistas não deram conta de atender as diversas faces da “questão social” nem de construir um *ethos* profissional baseado em princípios e valores universais e de liberdade. Os vários encontros e debates coletivos no interior da profissão, nos anos iniciais da década de 1990, revelaram a necessidade de construir um projeto coletivo e hegemônico, fundado nos valores ontológicos e sociais da Teoria Social de Marx, e que espelhasse a legitimidade ideopolítica na construção de um *ethos* profissional revolucionário.

Os debates acerca do significado da ética no Serviço Social brasileiro desencadearam esforços coletivos para um redimensionamento dos valores e compromissos ético-político-profissionais, direcionados para uma proposta histórico-crítica, propositiva e revolucionária.

Assim, subsidiado pelas categorias ontológicas do ser social, direcionou-se a formação e atuação profissional do/a assistente social, incorporando a liberdade enquanto valor ético central, na defesa intransigente dos direitos humanos, destacando a democracia, a equidade e justiça social na luta contra o arbítrio e o autoritarismo e contra qualquer tipo de preconceito e discriminação, enfim, valores e princípios emancipatórios e de humanidade constituíram-se as bases do projeto ético-político-profissional que colocava em

xeque o conservadorismo e assumia a postura na luta em favor da classe trabalhadora e na defesa dos direitos humanos.

Esta reviravolta no modo de pensar, fazer e agir da profissão fez com que grande parte dos/as assistentes sociais passassem a enxergar a vida social em suas contradições e desigualdades sociais, causadas principalmente pelas grandes transformações do mundo contemporâneo, da consolidação e do avanço da sociedade regida pelo capital, do modo de produção capitalista e da luta de classes, sobretudo, criando forças para o enfrentamento da lógica destrutiva do capital.

Nesta direção, o compromisso ético-político-profissional, comprometido com a liberdade, supunha a ação profissional fundamentada na reflexão crítica e propositiva da realidade social, vinculada aos pressupostos ideopolíticos de uma *práxis* revolucionária, segundo os ditames da Teoria Social de Marx. Em outras palavras, uma ação que, em sua particularidade, contribui para a superação dos limites postos à liberdade, para orientar-se na direção da construção de necessidades livres (BARROCO, 2005).

Estes princípios nortearam e norteiam o projeto ético-político-profissional - construído histórica e socialmente no âmbito da profissão, e que foram inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, como princípios/fundamentos ético-políticos, na luta por uma nova sociabilidade e na defesa intransigente dos direitos humanos e sociais.

Este projeto apresenta a autoimagem da profissão e é resultante das várias transformações sociais, históricas, políticas e econômicas da sociedade brasileira e do próprio Serviço Social. Não é um projeto materializado num documento formal, mas sim, em valores que legitimam a profissão e que estabelecem as diretrizes para nortear a *práxis*<sup>6</sup> profissional.

O Código de Ética de 1993<sup>7</sup> não somente estabelecia normas e regras para a conduta

<sup>4</sup> Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 (CRESS/SP, 2007).

<sup>5</sup> Segundo Marx (2010, p. 54) a “[...] emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*”.

<sup>6</sup> O conhecimento e a *práxis* nascem do resultado de uma relação entre o pensamento e a realidade, entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, entre o profissional e sua ação. A responsabilidade da transformação é um fator significativo, considerando-se que este acontece em vários momentos da vida e da história.

<sup>7</sup> O Código de Ética Profissional de 1993 do/a assistente social é um instrumento normativo e jurídico que estabelece direitos, deveres, normas e punições à atuação do assistente social e que em seus onze princípios têm como pressupostos a defesa

profissional, mas também trazia, em seu bojo, princípios norteadores para a práxis profissional. Assim, diante das desumanidades próprias da lógica do capital, a reflexão ética e política do Serviço Social brasileiro implicava (e implica) num determinado modo de ser, pensar e agir na e para a vida social, subsidiado permanentemente na conexão entre os valores essencialmente humanos revolucionários, emancipatórios e coletivos, supondo uma atitude consciente voltada à superação da alienação individual, social e profissional.

Também, o Código de Ética Profissional de 1993 incorporou a proposta ético-política, de modo a dar um direcionamento à práxis do Serviço Social. Estes novos pressupostos possibilitaram enxergar homens e mulheres enquanto sujeitos sociais, cidadãos/ãs de direito, que diariamente são violentados/as pelo processo de industrialização, mercantilização, mecanização e globalização das relações sociais, sobretudo, pela competitividade, imediatismo, consumismo e pelo individualismo exacerbado na e para a vida social. Em outras palavras, homens e mulheres são cada vez mais transformados em *coisa* (coisificação) e em *mercadoria* (reificação).

O entendimento das contradições da vida social nessas bases permitiu (e permite) fazer uma reflexão sobre a alienação/reificação das condições de trabalho e da vida social na lógica do capital que são um atentado aos direitos humanos e sociais dos indivíduos sociais. Equivale ainda dizer que a concepção de Direitos Humanos, no bojo da profissão no Brasil, está fundamentada nos fatores de desumanização e violência que a lógica perversa do capital impõe aos sujeitos sociais condições precárias de trabalho e de vida, muitas vezes, subumanas, submissas e de inferiorização.

No mesmo ano, em 07 de junho de 1993, é regulamentada a Lei nº 8.662 – a Lei que Regulamenta a Profissão -, que tem como objetivo nortear os procedimentos e a natureza da profissão, de modo a revogar a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, dando outras providências. A nova lei não só apontava as competências profissionais, e também estipula as atribuições

privativas do/a assistente social que, em outras palavras, significa especificamente qualificar as tarefas próprias do/a profissional.

## O Serviço Social na época dos direitos

O processo de construção do significado e da identidade profissional do Serviço Social brasileiro parte da inter-relação entre os sujeitos que englobam a categoria profissional e a realidade do mundo atual. Enquanto *ethos* profissional, a atuação do/da assistente social deve ser norteada por ações interventivas e socioeducativas junto à população usuária dos serviços sociais, contra a naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes, tidas como inevitáveis, evitando, assim, o retrocesso e o desmonte das conquistas sociais acumuladas pela classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2008).

Deste modo, os/as assistentes sociais, por meio da prestação de serviços socioassistenciais nas diversas organizações, públicas e privadas, “[...] interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às mais variadas expressões da ‘questão social’ vividas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública etc.” (idem, p. 177).

Estas expressões têm suas raízes na má distribuição de renda e na concentração dos meios de produção nas mãos de uma elite burguesa, bem como nas diversas desigualdades sociais inerentes de uma sociedade que preza por relações sociais geridas pela lógica do capital, fermentadas pelo consumo desenfreado e pelo desrespeito à natureza e ao ser humano.

A segregação leva sempre ao não cumprimento dos direitos universais do ser humano. A luta pela emancipação não é uma luta unilateral que se restrinja à conquista de direitos de segmentos minoritários, mas, ao contrário, à emancipação que tem seu valor agregado justamente pela atitude emancipatória do humano-genérico. A segregação impede a participação na vida política, civil, cultural, social e econômica, ou seja, na vida em comunidade; ao passo que a democracia traz para o palco a liberdade de participação e expressão, abrindo as portas para o diálogo plural e igualitário.

Contudo, ao analisar os momentos de crises na atualidade, percebe-se que lutar na defesa dos

---

intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo. Para Paiva e Sales (2006), ao trazer este princípio o Serviço Social busca romper com o conservadorismo presente na profissão e na sociedade, desmistificando o senso comum que permeia os Direitos Humanos.

direitos humanos, visa lutar pela vida no planeta. Visa, ainda, lutar contra o processo de alienação e reificação do ser humano que, na lógica devastadora do capital, coloca em risco as condições da própria sobrevivência. Apesar do avanço das tecnologias, vive-se de forma caótica enfrentando novos desafios e perigos: transtornos, doenças, vícios, suicídios, crimes, enfim, reações de um mundo que tem criado um número cada vez maior de necessidades e que, na maioria das vezes, não pode ou não consegue satisfazê-las.

Desse modo, cada vez mais pessoas se reúnem em experiências coletivas na busca de alternativas para alterar estas condições. O destino da sociedade, doente ou sadia, está sendo decidido na luta diária contra a exploração daqueles/as que não se conformam em chamar de vida o que é só trabalho e consumo.

Nessa lógica de tornar-se mercadoria, para a produção de mercadorias, em troca de uma mercadoria-dinheiro, para comprar mercadorias, onde a própria mobilidade urbana, as condições de moradia, de trabalho e as relações sociais estão sendo cada vez mais bombardeadas por um processo de precarização e alienação, fica difícil encontrar uma saída.

Mas, no lugar da acomodação, torna-se cada vez mais necessário lutar e resistir. As lutas e manifestações sociais, dos últimos anos, evidenciam que o futuro da humanidade está em discussão e que é urgente buscar uma saída para os males da vida moderna, de modo a superar o próprio capitalismo.

O encolhimento do espaço público e tudo o que ele representa tem alimentado pequenas formas de manifestações sociais, construindo, nos dizeres de Chauí (2016), “um sentido político” que começa a marcar espaços públicos, como por exemplo, os *rolezinhos*<sup>8</sup>, a greve dos garis no

Rio de Janeiro, e, mais recente, a ocupação das escolas na cidade de São Paulo, dentre outras manifestações e ações coletivas de afirmação de princípios políticos, sociais e de democracia.

Contudo, segundo Chauí (2016, p. 16),

[...] a maior diferença entre a ocupação das escolas e o movimento de 2013 é que a paralisação aconteceu no interior de uma instituição pública e social para a garantia do caráter público dessa instituição. Não foi um evento em favor disso ou daquilo; foi uma ação coletiva de afirmação de princípios políticos e sociais. Os dois grandes princípios foram, primeiro, o princípio republicano da educação – a educação é pública; segundo, o princípio democrático da educação – a educação é um direito. A ação dos estudantes e professores foi tão significativa porque eles disseram: “O espaço da escola é nosso. Somos nós, alunos e professores, que somos a escola”. Então foi a “integração de posse” das escolas pelos alunos e professores.

Este “sentido da política”, apontado por Chauí (2016), implica refletir sobre a importância do Estado na promoção e garantia dos direitos e da ampliação dos espaços públicos. Por outro lado, também se deve computar a importância da sociedade civil no processo de participação e controle social: “A política se faz pela sociedade” (idem, p. 17).

Como característica da sociedade burguesa, há apenas a necessidade de afirmar os direitos individuais e particulares, de modo a prevalecer os interesses privados, restringindo o ser-genérico à preservação de um individualismo egoístico. Na contracorrente, o Serviço Social brasileiro defende a eliminação de qualquer entrave que possibilite a efetivação da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social.

Para Iamamoto (2008, p. 183), “[...] não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e resultados derivados de sua efetivação. Para decifrar esse processo é necessário entender as mediações sociais que atravessam o campo de trabalho do assistente social”.

A tomada de consciência ético-política é condição *sine qua non* para o exercício profissional, para a materialização do projeto ético-político-profissional e para se posicionar politicamente contra a ordem estabelecida, porém, há

<sup>8</sup> “Sair para dar um rolê...” é uma expressão de linguagem juvenil que significa dar uma circulada despreziosa em algum lugar. É possível dar um “rolê” pela cidade, pelo bairro, pelo parque, de ônibus, a pé, de bicicleta, enfim, o “rolê” está ligado a algum tipo de lazer ou a alguma prática cultural. É uma gíria juvenil que conota saídas para diversões e práticas de entretenimento. Em dezembro de 2013, a cidade de São Paulo foi palco de uma onda de “mega rolês”, que ficou conhecido como “rolezinhos”. Iniciaram no Shopping Center do Metrô Itaquera (SP) e rapidamente se espalharam por outros grandes centros urbanos. Estes encontros, em sua grande maioria, articulados através de páginas de Redes Sociais (Facebook, Twitter etc.) aglutinavam adolescentes de 14 a 17 anos que se agrupavam para “dar um rolê” no shopping. Em sua maioria estes adolescentes viviam nas periferias dos grandes centros urbanos.



condições e limites, que, muitas vezes, impedem que estes valores sejam incorporados a dinâmica profissional cotidiana. Seus pressupostos se materializam na atuação cotidiana do/a assistente social, porém, não podem ser levados de fora para o interior da profissão, mas sim, efetivar-se num *dever-ser* que se desenvolve no cerne do movimento dialético de construção da identidade profissional, do qual fazem parte os diversos atores sociais da profissão, ou seja, os/as assistentes sociais.

Para Ridenti (2001, p.34),

[...] a consciência<sup>9</sup> de classe não é algo já *dado*, a ser levado de fora aos trabalhadores, mas um *dar-se* que brota e se desenvolve no interior do movimento de construção de classe, do qual também fazem parte os partidos que pretendem se tornar sua vanguarda.

Portanto, cabe ao profissional em Serviço Social construir, *em-si* e *para-si*, esta identidade, para somente assim poder lutar em conformidade com os princípios estabelecidos pelo projeto ético-político-profissional do Serviço Social brasileiro, respeitando as prerrogativas éticas que norteiam a profissão. A efetivação dos valores ético-políticos do Serviço Social implica num fazer profissional “[...] culto, crítico, capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 193), são prerrogativas para a práxis profissional, entretanto, é preciso computar os limites institucionais, individuais e sociais dos seus profissionais para não cair num processo de alienação e estranhamento da própria profissão.

Para a efetivação deste projeto, torna-se necessário entender o ser humano em sua totalidade, enquanto *ente* integrante e natural do mundo, inserido num determinado contexto social contraditório e dinâmico. Deve-se, ainda, entender as circunstâncias e o meio em que os

indivíduos sociais se inserem ou são inseridos, além de buscar entender os entraves da sociedade regida pelo capital e de suas formas de superação. Este entendimento não é válido somente para os usuários dos serviços sociais, mas também para o próprio profissional que, muitas vezes, fica de mãos atadas diante das limitações impostas pelas instituições ou mesmo pela burocratização do exercício profissional.

Entender o ser humano não é uma tarefa fácil. Entender as suas reações, desejos, paixões, enfim, a sua subjetividade implica em analisar a esfera dos valores que norteiam a vida social. As limitações impostas aos indivíduos sociais, suas carências e necessidades mais gerais, suas limitações financeiras, os interesses pessoais, as crenças e valores pré-adquiridos, por fim, uma série de fatores, situações e problemáticas podem impedir a tomada de consciência *para-si*.

Ao nascer, o indivíduo é totalmente impotente em relação ao mundo exterior e à própria vida, depende interinamente de outras pessoas para sobreviver, ou seja, estabelece um primeiro contato com algo ou alguém e um mundo já determinado. Essa socialização primária conduz o nascituro a assimilar *em-si* alguns pressupostos, conceitos e valores pré-estabelecidos. E, estes, por sua vez, nem sempre condizem com a realidade individual de cada um/a. Podemos dizer que ao interagir com o mundo exterior, os indivíduos sociais são manipulados a associar predeterminações, sistemas de valores dos quais reagem de forma diferenciada para cada indivíduo ou situações, dada à diversidade cultural e social em que se inserem.

Estas, por sua vez, são associadas, de modo diverso, de indivíduo para indivíduo, o que implica dizer que são representadas e reproduzidas de forma heterogêneas, objetivando novas determinações e socializações.

Portanto, ao fazer tais considerações, demonstramos que, apesar da igualdade humano-genérica entre os indivíduos que vivem em sociedade, somos todos diferentes em nossas particularidades. Isso caracteriza a própria ontologia do ser social. Libertar-se de algo é libertar-se das concretas determinações, propriedades e relações que se convertem em cadeias, em sistemas consuetudinários, ou seja, é a capacidade de superar-se de modo autoconsciente e socialmente. Quando este processo se estabelece, aí

<sup>9</sup> “[...] Entendemos por consciência (*Bewusstsein*) o ser consciente (*bewusst Sein*), vale dizer, um modo de ser pelo qual um objeto se individualiza e ganha autonomia, em suma, devém para si. Por isso, a individualização da classe deve se dar a totalização do processo produtivo, compreendido como movimento reflexionante da produção, distribuição, troca e consumo, onde a dimensão da consciência comparece enquanto representação que os agentes desenvolvem dos esquemas operários em que estão envolvidos” (GIANNOTTI *apud* RIDENTI, 2001, p. 34).



sim, o indivíduo ou grupo social está apto para construir uma identidade emancipatória na luta pela liberdade, justiça e igualdade social, de outra maneira, num *para-si*.

As ações coletivas buscam estampar sua repulsa e seu descontentamento ao modelo vigente, não só as chamadas “classes perigosas” (o precariado<sup>10</sup>), mas também os/as cidadãos/ãs comuns lesados/as pelo Estado, pela violência, pela perda de direitos, pelo preconceito e discriminação, pela privatização dos espaços públicos, pela precarização das condições de trabalho e pela desumanização da vida social. Estas, por sua vez, começam a questionar a lógica que preside a sociedade atual: “[...] vieram para mostrar à sociedade sua injustiça, desigualdade, iniquidade e sua superfluidade. E para (re)conquistar seu sentido de humanidade e de dignidade” (ANTUNES, 2005, p. 41-42), contudo, sem um projeto ou direção política tendem a cair nas malhas do conservadorismo e do espontaneísmo pluralístico, onde o “[...] indivíduo não é pensado nem como átomo nem como classe, mas sim como investimento” (CHAUI, 2016, p. 10).

Tais ações tem como espaço de articulação e mobilização à sociedade civil, que vem se organizando para questionar as intervenções despoticas de um Estado que preza o fortalecimento do capital, através de políticas neoliberais, ao invés de lutar pela ampliação do espaço público e da efetivação de direitos.

É nesse espaço contraditório que o/a assistente social se insere. É no cotidiano profissional que o projeto ético-político da profissão se materializa. É neste cotidiano que em contato com o/a cidadão/ã de direito que a práxis profissional se realiza e, portanto, é nessa oportunidade que se pode realizar aquilo que Agnes Heller chamou de “revolução da vida cotidiana”.

### Considerações finais: para uma ética marxista

Nos últimos anos, no Brasil, temos observado o agravamento das condições de vida provocado pelos ajustes fiscais e financeiros para a manutenção do poder hegemônico do capital,

<sup>10</sup> Para melhor compreensão dessa condição de classe, sugerimos a leitura da obra de Guy Standing, *O precariado: a nova classe perigosa* (2014) – do original *The Precariat: the new dangerous class*.

além do avanço de políticas neoliberais e de uma ofensiva neoconservadora, muitas vezes, condicionada pelo reacionarismo fundamentalista religioso, naquilo que Marilena Chauí (2016, p. 10) aponta como o poder constituído majoritariamente por três grupos: “boi, bala e Bíblia”<sup>11</sup>.

As ações de resistência dos últimos anos têm sinalizado novas formas de confrontação e de participação social, assumidas entre a lógica do capital, a falência dos governos, das instituições representativas e os movimentos do crime organizado.

Políticas de recessão, criminalização dos movimentos e das manifestações sociais e políticas de austeridade impostas pelo governo brasileiro que buscam manter o poder hegemônico do capital no país, impiedosamente, massacram a população trabalhadora, que vivência a perda de direitos historicamente conquistados e a precarização das condições de trabalho no seu cotidiano. Movimentos conservadores e reacionários retomam a perspectiva moralizadora da “questão social”, onde a ação neoconservadora busca reformar moralmente o indivíduo e a sociedade.

Mészáros (2015) aponta que somente mudanças radicais nas bases substantivas e estruturais do sistema e da lógica do capital, na direção de uma proposta *socialista*<sup>12</sup>, de modo a criar a “necessidade radical”<sup>13</sup> para derrubar este sistema e evitar o colapso total do planeta.

Para Harvey (2011, p. 186), “[...] um movimento anticapitalista tem de ser muito mais amplo do que grupos mobilizados em torno de relações sociais ou sobre questões da vida cotidiana”. Apesar de a sociedade civil estar se *empoderando* politicamente, tem sido reprimida pelas forças militares e, às vezes, pelo próprio

<sup>11</sup> Sentido figurado para indicar os três grupos majoritários no Congresso Nacional brasileiro, compostos pelos representantes do agronegócio, do crime organizado e dos fundamentalistas religiosos (em especial, algumas denominações evangélicas).

<sup>12</sup> Michael Löwy tem levando bandeira na defesa de uma proposta de *ecosocialismo* que implica, dentre outras ações, na destruição do aparelho do Estado de modo a criar outro tipo de poder. O *ecosocialismo* é uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e o socialismo, atrelada à reflexão marxista. Esta proposta implica na reorganização do modo de produção e de consumo, baseados nas necessidades reais da população e na defesa do equilíbrio do ecossistema.

<sup>13</sup> Necessidades criadas pelo próprio capitalismo para a sua superação.

Estado que tem criminalizado os movimentos e manifestações sociais.

Nessa onda avassaladora de destruição, a natureza tem-se tornado puro objeto para a exploração e dominação humana, deixando de ser reconhecida enquanto “poder em si” e o próprio conhecimento científico e teórico das suas leis próprias aparecem “unicamente como artilheiro para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção” (MARX, 2011, p. 334).

Conforme aponta Martins (2014, p. 111),

[...] caminhamos para um modelo de sociedade em que as necessidades radicais não chegam a se configurar porque os muitos mecanismos econômicos e políticos da sociedade moderna permitem que as rupturas sejam antecipadas e administradas. A consciência social vem sendo substituída pelo imaginário manipulável.

Desse modo, sendo o/a profissional do Serviço Social um dos/as que mais se aproxima das mazelas humanas e da vida cotidiana das pessoas, ter como referência teórica pressupostos que norteiam o trabalho profissional, embasado por um posicionamento ético-político anticapitalista, é condição *sine qua non* para a emancipação dos sujeitos sociais e na organização de sujeitos coletivos, de participação social e de movimento político, de modo a contribuir para a transformação de um novo modelo de sociabilidade: o socialismo.

Assim, diante da avassaladora onda destrutiva do capital sobre a vida no planeta, torna-se necessário e urgente construir estratégias para a sua superação. No Brasil, além disso, também temos que construir estratégias para a superação do neoconservadorismo que impera na esfera do Estado e avança na direção da profissão. Este é ao mesmo tempo um grito de indignação, de esperança, como também um grande desafio: a construção de uma nova sociabilidade. Contudo, esta não é uma tarefa exclusiva do Serviço Social, mas, sim, de toda a sociedade, nas mais diferentes esferas heterogêneas. Porém, o/a Assistente Social tem possibilidades de ser, enquanto tal, também um agente mobilizador de transformação e educador social.

Nesse sentido, Lessa e Tonet (2008, p. 119) apontam que “[...] as possibilidades históricas são

‘possibilidades’ que serão ou não objetivadas no futuro, ‘dependendo’ das alternativas escolhidas pelos indivíduos em escala social”.

Somente uma teoria revolucionária é que pode materializar as utopias (ou possibilidades históricas) sociais e radicais. Marx e Engels propõem uma nova sociabilidade, onde o “reino das necessidades”, ou seja, comer, vestir, beber, morar, e outras coisas mais (MARX; ENGELS, 2007), fossem suplantados pelo “reino da liberdade”<sup>14</sup>.

Em consonância com Marx (2010), antes de emancipar os outros, há a necessidade de emancipar a si mesmo, ou seja, emancipar-se dos valores e das instituições tradicionais e consuetudinárias, instaurando um novo modo de ser, pensar e agir, de modo que possa elencar os interesses coletivos em contraposição aos interesses individuais e corporativistas.

A solução apontada por Marx para o esgotamento do capitalismo é a passagem progressiva para uma sociedade socialista, uma sociedade em que pudesse haver a realização do ser social “por inteiro e inteiramente”, ou seja, uma determinada forma de sociabilidade fundamentada na associação de homens e mulheres livres e na socialização da propriedade privada da produção, o que significa a vivência da liberdade, sem qualquer tipo de dominação externa. Isso seria, para Marx, a realização plena da sociedade (o *reino da liberdade*).

Desse modo, há a exigência revolucionária de uma mudança radical, ou seja, de um novo modo de vida na estrutura da vida cotidiana que não se limite a humanização do trabalho produtivo e a humanização do capitalismo, mas que tenha como parâmetro uma vida comunitária, global, socialista e essencialmente humana, onde homens e mulheres sejam um fim, e não o meio.

Assim, somente destruindo radicalmente a lógica destrutiva do capital é que será possível transformar a humanidade e possibilitar a gestação de formas inteiramente novas de sociabilidade.

A emancipação humana não é possível no regime capitalista. Somente num outro tipo de sociabilidade em que os valores humanos sejam

<sup>14</sup> “[...] O reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita” (MARX *apud* NETTO, 2012, p.400).

o imperativo categórico, onde o ser social não só se emancipe, mas também se realize plenamente enquanto humano-genérico é que poderemos dizer que o “reino da liberdade”, segundo os ditames de Marx, se concretizou.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 106. São Paulo: Cortez, abr./jun. 2011, p. 205-218.

\_\_\_\_\_. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social**. In Revista Serviço Social & Sociedade, nº 79, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004, p. 27-42.

BAZARIN, Jacob. **Introdução à Sociologia: as bases materiais da sociedade**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

BRASIL. **Código de Ética do(a) assistente social** –Resolução do CFESS, nº. 273 de 13 de março de 1993, alterada pela Resolução do CFESS, nº. 594 de 21 de janeiro de 2011. Brasília: CFESS, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados (entrevista)**. Em: Revista Cult, nº 209, ano 19. São Paulo: Bregantini, fevereiro, 2016, p. 08-17.

CRESS/SP. **Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentação do/a assistente social**. 3ª Ed. São Paulo: CRESS/SP, 2007.

GUY, Standing. **O precariado: a nova classe perigosa**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Teoría de las necesidades em Marx**. Trad. J. F. Yvars. Barcelona: Península, 1986.

\_\_\_\_\_. **La revolución de la vida cotidiana**. Trad. Gustau Muñoz, Enric Pérez Nadal e Iván Tapia. Barcelona: Península, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões Ético-políticas e teórico- Metodológicas no Serviço Social**. In – **Serviço Social e Saúde; formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 161-196.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise**. Texto de apoio didático, revisto e atualizado em setembro de 2009. Mimeo, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 31-54.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Org., trad., prefácio e notas de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. **A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado**. Trad. Maria Izabel Lagoa. Rev. Nélio Schneider São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. **Uma face contemporânea da barbárie**. Texto da comunicação de José Paulo Netto na seção temática: “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”, no III Encontro Internacional “Civilização



ou Barbárie”. Sepre, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010. Disponível em: [pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf](http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf)

\_\_\_\_\_. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Em Revista Temporalis. Ano 2, n. 3, jan/jul, 2001. Brasília: ABEPSS, Grafine, 2001, p. 41-49.

PAIVA, Beatriz Augusto; SALES, Mione Apolinario. **A nova ética profissional: praxis e princípios**. Em: BONETTI, Dilsea Adeodata (org.), et. al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova praxis**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 174-208.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representações**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Agnes Heller, indivíduo e ontologia social: fundamentos para a consciência ética e política do ser social**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, sob a orientação da Profª. Drª. Maria Lúcia Martinelli. São Paulo: PUC/SP, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. Em **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABESPSS, 2009, p. 143-163.